

A CRÍTICA CULTURAL COMO INSTALAÇÃO POLÍTICA NA LÍNGUA E NA LITERATURA

Antonio Cláudio da Silva Neto¹

Resumo: Ao investigar o lugar da crítica cultural no campo linguístico-literário a partir do referencial teórico presente no edital de seleção para o curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, por meio deste trabalho, objetiva-se a apresentação de uma série de objetos, teorias e métodos que buscam aproximar a instituição literária das suas composições linguísticas em uma instalação política. Para dar corpo às perspectivas interdisciplinares em debate neste texto, a revisão de literatura nele apresentada estabelece relações com áreas das ciências humanas e sociais. Desse modo, ao formatar um crivo para a crítica cultural em torno da zona de indiscernibilidade entre os estudos culturais e a crítica literária, esta revisitação teórica potencializa formulações epistemológicas que politicamente a conduz a uma instalação metodológica, diante da possibilidade de inseri-la, enquanto um novo campo específico das ciências, em diversas áreas do conhecimento. Esta instalação política encontra em um sistema literário modos de produzir novas posturas diante das formas de existência subjugadas socialmente. Para que isso ocorra, esta revisão crítica investiga as estruturas preestabelecidas em cenários culturais, sociais e econômicos a partir de teóricos como Agamben (2015), Barthes (1980), Derrida (2014), Lévi-Strauss (2008), Santos (2009) e Rancière (2012).

Palavras-Chave: Crítica Cultural. Instalação. Política.

INTRODUÇÃO

Com o aumento na oferta e procura de cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas últimas décadas, é fácil incorrer no engano de considerar

¹ Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação do Professor Dr. José Carlos Felix. Endereço eletrônico: antonioclaudio.neto@live.com.

um curso de mestrado e doutorado sob a mesma medida, ou seja, um mestrado de dois ou de quatro anos. Muitos estudantes, na ânsia pela rápida e irrefletida obtenção do título, não se constituem, efetivamente, pesquisadores. Essa situação em um curso de doutorado é muito grave, e analisar tal questão sob a perspectiva da crítica do material teórico escolhido para a seleção de ingresso no curso é o que propõe os *Seminários Avançados sobre o perfil do doutor (a) em Crítica Cultural*.

Portanto, com a intenção de investigar o lugar da crítica cultural no campo linguístico-literário a partir do referencial teórico indicado no edital de seleção do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia², retoma-se aqui a lista de textos indicados para leitura. Com essa retomada, objetiva-se analisar seus objetos, teorias e métodos como elementos da instalação política desta área do conhecimento em científicidades próprias, independentes, ainda que capazes de dialogar com outras ciências.

Com o propósito de refletir experiências para que o curso de doutorado se efetive como diferente do mestrado em Crítica Cultural, esta discussão estabelece um crivo para este novo campo científico a partir dos estudos de autores como Agamben (2015), Barthes (1980), Derrida (2014), Lévi-Strauss (2008) e Santos (2019). Espera-se demonstrar como as pesquisas realizadas no âmbito da Crítica Cultural podem produzir novas posturas capazes de diminuir as desigualdades e proteger as cidadanias culturais.

Nesse sentido, as três seções que compõem o desenvolvimento deste texto se dedicam a propor diálogos entre autores do referencial teórico citado, ao mesmo tempo em que se buscam territórios para a instalação política que pode ser experimentada através da crítica cultural. Espera-se demonstrar a importância das produções políticas e culturais através das intersecções entre língua, linguagem, literatura, criação

² EDITAL Nº 083/2019. Disponível em: <https://portal.uneb.br/poscritica/processo-seletivo-para-aluno-regular-2020/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

cultural, modos de vida e práticas de letramento para trajetórias de pesquisas que dialoguem com a formação do pesquisador.

O LUGAR DA CRÍTICA CULTURAL: UMA PROPOSIÇÃO DE INSTALAÇÃO POLÍTICA E CULTURAL

No texto “Platô de crítica cultural na Bahia: por um roteiro de trabalho científico transgressor”, Osmar Moreira dos Santos (2019), ao refletir sobre desafios do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural, apresenta seu crivo quando situado no campo linguístico-literário. Segundo ele, a problemática consiste em não limitar a crítica cultural nem em crítica literária, nem em estudos culturais, mas, através dos efeitos da arqueologia do signo nas ciências humanas, construir uma plataforma de trabalhos científicos e condições para superar as rivalidades entre pesquisadores de áreas distintas.

Ao analisar que um programa em crítica cultural pode ser implantado em qualquer grande área ou subárea do conhecimento torna-se possível compreender o caráter interdisciplinar que essa proposta científica pode abarcar. Além disso, até mesmo as distinções entre literatura e linguística devem ser unificadas em suas multiplicidades (SANTOS, 2019). Para fundamentar essas ideias, o referencial teórico, aqui, em análise apresenta uma série de intersecções entre múltiplas áreas do conhecimento. Metodologicamente, opta-se por um modelo prioritariamente descritivo. Assim, em três seções, avalia-se a presença do político nos diálogos culturais estabelecidos entre os textos elencados no edital, enfatizando-se as questões relativas à língua, linguagem, literatura e práticas de letramentos.

O político nos diálogos culturais: língua e linguagem como instrumentos de poder

Parece ser interessante para a crítica cultural que os estudos façam associações que legitimam sua cientificidade em uma zona de indiscernibilidade concreta, embora distante de indecisa. A associação

entre linguística e filosofia demarca o território da lógica nas acepções da linguagem. Já a relação entre antropologia e linguística constitui o caráter lógico das construções culturais. Os liames desse jogo relacional levam à compreensão de que todo estudo cultural ou sobre cultura se torna possível apenas com as contribuições destas ciências. A seguir apresenta-se uma série de observações sobre esses diálogos culturais em alguns dos textos recomendados no edital do processo seletivo.

Para pensar as relações entre linguística e lógica, Giorgio Agamben (2015), em “Filosofia e linguística: Jean-Claude Milner: introduction à une science du langage”, inicialmente ressalta que a recensão filosófica de uma obra linguística é, antes de tudo, um problema de legitimação. Para ele, linguística e lógica são categorias que não parecem separáveis. Além disso, defende que as categorias elementares — letra, discurso e articulação — proporcionam toda lógica, toda gramática. Nesse sentido, o autor afirma que o projeto de Heidegger de libertação da gramática da lógica antes deveria ser da linguagem em relação à gramática.

Nessa análise da obra de Milner, Agamben (2015) destaca, ainda, afinidades entre filosofia e linguística, apontando que a utilização da linguagem em suas epistemologias deve, na filosofia, se ocupar da linguagem em sua pura existência, enquanto que na linguística a preocupação deve ser na medida em que ela pode ser descrita em termos de propriedades reais. Destarte, o autor defende que, ao buscar estas propriedades, a filosofia avança de maneira não legítima, por adentrar no caráter da ciência linguística.

Já Claude Lévi-Strauss (2008), em “Linguística e antropologia”, questiona a possibilidade de haver relação entre uma língua e uma cultura. A esse respeito, apresenta uma nova formulação para a questão, quando pontua tratar-se da questão entre linguagem e cultura. Para o autor, a linguagem pode ser tratada como produto de uma cultura, no mesmo sentido em que esta possui como condição de existência àquela. Nesse sentido, ressalta que ambas possuem a mesma arquitetura, pois podem se desenvolver a partir do conjunto de oposições e correlações, ou seja, de relações lógicas.

Para Lévi-Strauss (2008), a questão relacional coloca cada grupo diante daquilo de que gostaria de se livrar. Os linguistas tentam uma reaproximação da antropologia por conta do distanciamento que tomaram das ciências do homem, enquanto os antropólogos buscam na linguística o segredo de seu sucesso. Assim, o autor utiliza a noção de *parentesco* para demonstrar como a antropologia também pode ser analisada a partir da lógica, assim como a linguística.

Para chegar a esse ponto da investigação, Lévi-Strauss (2008) afirma que duas posições devem, desde o início, ser excluídas: que há relação universal entre elas e que não há nenhuma relação entre elas. No entanto, estas existem em determinadas relações e certos níveis, e aquelas devem ser procuradas, pois o benefício será não para uma ciência ou para outra, mas para revelar as forças do que existe no espaço entre a linguagem e a antropologia quando em linhas paralelas, o espírito humano.

Também diante dos estudos sobre a linguagem, Roland Barthes (1980), em *Aula*, discurso que profere em sua aula inaugural no Colégio da França, ressalta que a atividade intelectual deve ser uma luta que se apresenta de maneira plural, não apenas pelo Estado, sendo a língua o objeto pelo qual se inscreve o poder. Segundo ele, a língua é fascista por ser um código que não mostra como dizer, mas obriga como dizer. Ao ser enunciada, por abarcar o que denominou de autoridade da asserção e gregarismo da repetição, a língua é por ele considerada poder e servidão.

E sobre essa questão da língua como poder e servidão, Eduardo B. Viveiros de Castro (2002), em “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”, retoma um texto do padre jesuíta Antonio Vieira para apresentar a metáfora do mármore e da murta. Quando os colonizadores iniciaram a catequização, a tarefa era árdua e dolorosa, mas o resultado ficava sempre rígido como o mármore. Mas, ao mesmo tempo, era como um trabalho com a murta, em que um descuido do jardineiro fazia crescer galhos e folhas, como acontecia com os nativos que voltavam ao estado primitivo. O projeto de catequização não se realizava completamente em

decorrência da necessidade dos catequizados em buscar sentidos em suas culturas primitivas.

Assim, por mais que se assumissem cristãos, buscavam sentido em ritos de suas tradições. Tal prática resultou na conservação de costumes, memórias e tradições culturais. Havia ausência de sujeição por parte dos índios que dificultava a conversão: como a morte, por vingança e para manter a eternidade da alma. Foi necessário travar uma guerra teológica-política para acabar com o canibalismo e assim assumir o domínio sobre os povos indígenas.

Em síntese, o exemplo da catequização indígena apresentado por Castro (2002) demonstra o projeto político por trás da inserção de novas linguagens no violento modelo de transformação cultural conduzido pelos portugueses. Além disso, este marco histórico ilustra o teor político da língua afirmado por Barthes (1980), pois há uma relação de poder e subordinação entre catequizador e catequizado. Dessa forma, este autor revela que a literatura é a trapaça da língua, elencando três pressupostos de sua força.

A primeira é a de diminuir a distância entre a grosseria da ciência e a sutileza da vida, pois faz girar os saberes. A segunda é a representação, pois pode ser realista, quando tem o real como objeto de desejo, mas também pode exercer uma *função utópica*. A terceira força consiste em jogar com os signos, não destruí-los. Para Barthes (1980), a semiologia é o trabalho que recolhe o impuro da língua, bem como inaugura uma revisão da literatura a partir da busca de sentidos. Portanto, a semiologia não está substituindo ciência alguma, mas auxiliando-as.

Muitas dessas considerações feitas por Barthes (1980) também estão presentes em Santos (2019), que, por meio das proposições de Ferdinand de Saussure, fundamenta epistemologicamente a descoberta do signo linguístico no final do século XIX, caracterizado pela dualidade significante e significado, e metodologicamente no exercício transgressor do esvaziar de sentidos do capitalismo, aproximando a periferia deste a uma articulação entre Literatura, Linguística e Signo, para, através de

pesquisas realizadas neste campo, possibilitar a prática de cidadanias culturais.

Ainda sobre o signo linguístico, no texto *A barreira e a dobra*, Giorgio Agamben (2007) discorre sobre os estudos do signo de Saussure a partir das aulas, notas e fragmentos do autor, bem como, em alguns momentos, em comparação com o Curso de Linguística, publicado nos moldes de 1915. A relação entre signo e a metafísica ocidental está presente como um pressuposto de produção da obra do autor revisitado, tendo em vista, nas palavras de Agamben (2007), tratar-se de um caso representativo em que um filólogo encontra insuficiência na filologia e precisa se tornar filósofo.

Sob esse viés, Agamben (2007) ressalta que a noção de signo que está na raiz da semiologia moderna baseia-se em uma redução metafísica do significar. Sua conclusão, inclusive, denota que a consciência das interpretações do signo só se alcançará com a descoberta desta na perspectiva da metafísica ocidental. Essa compreensão só se torna possível ao considerar que a metafísica atribuiria plenitude da presença ao signo. Assim, a apresentação do signo por Saussure como ponto positivo é retratada por Agamben (2007) como manifestação de opostos.

Já Emile Benveniste (1976), em *Saussure após meio século*, explica que Saussure representa importante reviravolta nos estudos linguísticos, tendo em vista que, desde a introdução da sua primeira obra, ainda com vinte e um anos, levantou importantes problemas de fonética e de morfologia, alguns que esperavam respostas e outros que ainda não haviam sido propostos. A partir disso, constata que toda a sua obra busca por “dados elementares” para a linguística, chegando a perceber, em certo momento, que o estudo desta atrela-se ao da linguagem.

Assim, nas discussões apresentadas por Santos (2019) é possível aferir um caráter político à utilização dos conceitos de Saussure acerca do signo nas dimensões de objetos, métodos e epistemologias para a crítica cultural, que ocupa o lugar da experiência interdisciplinar ao tomar e

tornar a linguagem ponto de partida para investigar qualquer problema que tenha por objeto modos de aprender, criar e ser na cultura.

O político na literatura: a narrativa e a crítica literária

Herman Melville (2015), em *Bartleby, o escriturário: uma história de Wall Street*, apresenta, a partir de um narrador advogado, a história da personagem que consta no título da obra. Trata-se de um jovem rapaz contratado após a promoção do narrador, quando se mostrou disposto a assumir o ofício de escriturário daquele escritório. Inicialmente desempenhando um elogioso trabalho, Bartleby surpreende seu chefe a partir do momento em que é intimado a realizar a conferência de algumas cópias e anuncia: *preferiria não fazer (i would prefer not to)*. Inúmeras tentativas são apresentadas pelo advogado para fazê-lo contrariar sua máxima, conseqüentemente também atendê-lo dentro do necessário ao ofício assumido.

Com o passar do tempo, Bartleby abandona, inclusive, sua produção comum, desenvolvida com muito empenho desde o momento em que assumira a função, motivo pelo qual o narrador demonstra não ter coragem de tomar atitudes mais bruscas para dispensá-lo. Mas o tenta e dele só obtém a mesma fórmula. Após sua morte, o advogado conta ter ficado sabendo que ele havia trabalhado no setor de *cartas que caminhavam para a morte* e não teriam como ser entregues.

Discutindo a mesma narrativa, Giorgio Agamben (1993), em *Bartleby, escrita da potência*, ao se debruçar sobre a obra de Herman Melville (2015), apresenta a *potência* e a *contingência* como instrumentos de materialização das possibilidades ou impossibilidades do que pode ou não ser ou fazer, a partir de uma perspectiva literária. A contingência representa um ser que pode ser e não ser na filosofia. Para Agamben (1993), a partir do *preferiria não fazer*, Bartleby esvazia todo o sentido do verbo querer.

Já Gilles Deleuze (1997), em *Bartleby, ou a fórmula*, coloca em questão o que consiste a literalidade da forma *preferiria não fazer*, para

quem a máxima possui uma fórmula agramatical. Ela atesta tanto o preferível quanto o não preferível, pois não aceita nem recusa a avença. O não ou o sim não decidido. Inscreve-o em um lugar da potência, o tratamento da linguagem que faz descobrir o fora. O autor aponta que a lógica da preferência é suficiente para minar os pressupostos da linguagem.

Utilizando os estudos de Deleuze sobre a obra de Melville, em *Deleuze e Bartleby, a fórmula da literatura*, Jacques Rancière (2012) analisa a existência de uma metafísica objetiva da literatura, responsável por legitimar a própria literatura como manifestação concreta de uma forma de pensamento. Para tanto, ampara-se no conceito atribuído à literatura no século passado, não como conjunto de manifestação da escrita artística, mas como manifestação de modo específico do pensamento.

Para Rancière (2012), a leitura de Deleuze, em última instância, está sempre condicionada a perceber uma fórmula a partir da materialidade do texto. Nesse sentido, Bartleby trata-se de uma fórmula, uma performance. Essa fórmula linguística utilizada gera efeito capaz de desestabilizar e desorganizar a ordem social, pois ela rompe com o princípio da representação na literatura, o que para Deleuze é caracterizado a partir da noção de paternidade. Trata-se da potência pura da linguagem, quando se desvia da representatividade para voltar a si. Assim, a literatura precisa da metafísica para existir como arte específica. A política é inerente à metafísica da literatura.

Para além de extrair teorias e métodos de um texto literário, os autores dialogam com os sentidos que as formulações da obra consentem aos estudos da linguagem. A crítica cultural instalada politicamente nesta percepção fundamenta a lógica da preferência nas relações trabalhistas em lapsos históricos e atualmente. O escriturário que preferiria não fazer seu trabalho experimenta, assim como faz o pesquisador que o investiga experimentar, a potência da linguagem enquanto mecanismo de subsistência.

Tanto na contemporaneidade quanto em qualquer outro momento, preferir não trabalhar acarreta em não ter os meios de existir. No entanto, assumir seus ofícios também tem colocado os empregados em condições existenciais precárias. Esse contexto está relacionado ao conceito de sociedade do cansaço apresentado de Byung-Chul Han (2015). Para este autor, o século XXI é definido como neuronal, onde há o excesso do positivo, causa dos adoecimentos neuronais, contrapondo-se ao século anterior, imunológico, quando o que predominava era o excesso do negativo. Nesta sociedade do cansaço, a multitarefa surge como uma tática de sobrevivência, não como progresso de técnica avançada de trabalho, representa um excesso do positivo, em que o chefe de si mesmo — o sujeito do desempenho — encontra-se preso a buscar os próprios resultados.

Pode-se alegar que a sociedade do cansaço também é um projeto necropolítico, pois, para Achille Mbembe (2018), o necropoder pontua critérios que perpassam condições da natureza para o exercício do direito de matar, filtro social para o domínio da soberania a partir do terror. Assim, a partir de condições de trabalho, de moradia, e da inviabilização aos direitos fundamentais, por exemplo, a Soberania é exercida em uma perspectiva normatizada para o exercício da necropolítica.

O terror é então característica basilar em toda a trajetória da soberania que se lastreia no poder de decisão sobre aqueles que devem morrer e os que devem continuar vivos, desde o período de guerras até as formas tardo-moderna de utilização da política da morte. Na necropolítica, o estado de exceção se estabelece a partir de decisões cotidianas, tendo em vista que os dispositivos têm possibilitado aproximação das zonas periféricas, enquanto o estado de sítio legitima o Estado no direito de matar.

O exemplo da catequização apontado por Castro (2002) demonstra ainda um projeto necropolítico quando, através do domínio da linguagem, sujeitou os povos indígenas a formas de comportamentos que vulgarizavam suas próprias existências. Em contrapartida, o autor

demonstra o poder das tradições, pois foram responsáveis por transmitir narrativas de culturas a fim de evitar resultados ainda mais desastrosos.

A narrativa, enquanto manifestação concreta da linguagem, e já a aproximando de sua expressão em forma de literatura, no entender de Jacques Derrida (2014), em *Essa estranha instituição chamada literatura*, apesar de não ser propriamente uma preferência sua, lhe atrai pelo princípio de poder dizer tudo, característica que a faz extrapolar a instituição, atribuindo-lhe condição de democracia.

O político na formação e atuação do pesquisador: as práticas de letramento

Outra acepção que pode ser estabelecida, ainda a partir do exemplo da catequização, diz respeito às práticas de letramento como fenômeno de criação cultural e política. Nesse sentido, projetos da crítica cultural também devem se responsabilizar por formações de professores que se pautem na indissociável relação entre linguística e literatura nos contextos sociais que promovam a emancipação dos sujeitos e o respeito às cidadanias culturais.

Em “Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho”, Ângela Kleiman (2001) analisa a atividade de professoras da alfabetização a partir de práticas de letramento, tanto de suas formações como em seus ofícios. Inicialmente, atenta para discursos midiáticos que desvalorizam a profissão da professora da alfabetização (não saber escolher o material didático, erros na escrita, não gostar de ler etc.), oportunidade em que debate o letramento na perspectiva da legitimidade acadêmica e certos distanciamentos entre esta e a formação docente.

Segundo dados apresentados por Kleiman (2001), um alto número destas educadoras são inseridas em uma cultura de letramento apenas a partir da sua formação técnica, pois não lhes é proporcionada no ambiente familiar. Muitas representam as primeiras da família com formação acadêmica. Nesse sentido, sugere que um projeto pedagógico

culturalmente sensível precisa ser desenvolvido tanto no ensino de letramento dessas professoras quanto em suas formações acadêmicas.

Assim, a autora ressalta que a pesquisa crítica é de extrema importância para a identificação destes contextos e, conseqüentemente, para apresentar um projeto pedagógico culturalmente sensível. Além disso, acredita que não estar em conexão com a literatura legitimada academicamente, bem como ter um discurso não completamente encaixado nessa legitimidade, é uma questão que deve ser analisada de modo não a desconstruir a espontaneidade dessas educadoras, mas de adequar realidades aos contextos de aprendizagem em que a cultura do letramento esteja posta de maneira sensível.

No mesmo sentido, em *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*, Brian Street (2014) apresenta condições para o desenvolvimento do letramento em diferentes contextos e de maneira mais sincronizada com outras realidades. Existem outras formas que devem se distanciar dos modelos dominantes, pois conduzem ao desenvolvimento de determinadas habilidades e impõem suas culturas aos outros membros.

Para Street (2014), um projeto de leitura e escrita deve estar inserido em significados culturais e relacionado com a possibilidade de “poder” nas relações sociais implicadas; a partir dessa perspectiva atribui ao letramento um modelo ideológico. Sua crítica quanto ao letramento autônomo ampara-se na ideia de que existem letrados e não letrados. O que pode absolver seus adeptos e ainda afetar na utilização da linguagem.

Não resta dúvida de que um projeto político-científico instalado na crítica cultural, no campo linguístico-literário, se preocupa com a condição de existência do sujeito em suas relações com política e cultura. A partir do exposto, é possível exemplificar que práticas de letramento que incluem textos de literatura como o de Melville (2015) alertam os sujeitos para os excessos do capitalismo em relações econômicas e culturais, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se constitui quase que em metanálise, tanto da crítica cultural como objeto, método e teoria quanto destes elementos presentes em suas composições. Por isso, a delimitação do campo de estudo, neste caso o linguístico-literário, é de fundamental importância para demarcar os territórios que suas científicas podem ocupar. Assim, embora ocupe uma zona de indiscernibilidade entre crítica literária e estudos culturais, a científicidade nada perde em rigor conceitual, percursos metodológicos e objetos simbólicos.

Além disso, essa preocupação reflexiva manifesta caráter político ao utilizar dos estudos do signo, no que diz respeito ao significado e significante, para produzir novos sentidos e experiências que tenham como objetivo diminuir as desigualdades sociais, emancipar os sujeitos, combater os abusos do capitalismo e preservar as cidadanias culturais. Tal medida se concretiza através de projetos científicos que ressaltam o compromisso da linguagem com as formas democráticas de produção do conhecimento. Assim, nesse contexto, um estudante que se constitui pesquisador nessa incursão política reconhecerá o valor cultural dos textos listados no edital de seleção, consciência necessária ao perfil de pesquisador esperado para os alunos do doutorado em Crítica Cultural.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Bartleby, escrita da potência*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. A barreira e a dobra. In: *Estâncias – a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 240-250.

AGAMBEN, Giorgio. Filosofia e linguística: Jean-Claude Milner: introduction à une science du langage. In: *A potência do pensamento (ensaios e conferências)*. Trad. Antonio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 51-69.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

BENVENISTE, Emile. Saussure após meio século. In: *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976, p. 34-49.

CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 183-264.

DELEUZE, Gilles. Bartleby, ou a fórmula. In: *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 80-103.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura*. Trad. Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

EDITAL Nº 083/2019. Disponível em: <https://portal.uneb.br/poscritica/processo-seletivo-para-aluno-regular-2020/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

KLEIMAN, Ângela. Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho? In: KLEIMAN, Ângela. (Org.). *A formação do professor. Perspectivas da linguística aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 39-68.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Linguística e antropologia. In: *Antropologia estrutural*, v. 1. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2008, p. 79-92.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELVILLE, Herman. *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. Deleuze, Bartleby y la fórmula literaria. *Papel Máquina. Revista de Cultura*, Santiago de Chile, ano 4, n. 7, p. 55-75, jul. 2012. — Versão anterior, disponível em: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/08/15/deleuze-e-a-literatura-jacques-ranciere/>.

SANTOS, Osmar Moreira. Platô de crítica cultural na Bahia: por um roteiro de trabalho científico transgressor. In: GOMES, Valéria Severina; ALMEIDA, Sherry Morgana J. et al. (Org.). *Cartografia GELNE: 20 anos de pesquisa em linguística e literatura*. Campinas: Pontes, 2019, p. 247-272.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola, 2014.